



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DO 1º de Maio de 1971 no Porto

Ao apelo do Partido Comunista, mais uma vez o 1º de Maio se afirmou este ano como uma grande jornada de combate da classe operária e das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações económicas e políticas, como uma jornada de cunho profundamente antifascista em que o proletariado português confirma o seu papel de vanguarda na luta geral do nosso povo pelo derrubamento do fascismo.

Por meio de diferentes formas de acção desde manifestações, concentrações e greves até assembleias sindicais, reuniões de trabalhadores e confraternizações, o 1º de Maio foi comemorado em vários pontos do país nomeadamente no Porto, Barreiro, Vila Franca de Xira, Lisboa, Leiria, Matosinhos, Torres Vedras e outras localidades.

No Porto participaram na manifestação mais de 25.000 pessoas que enfrentaram combativamente as forças repressivas durante mais de duas horas. A importância desta manifestação, o facto de ter sido a maior manifestação de sempre realizada no Porto no Dia Internacional dos Trabalhadores e alguns aspectos que a caracterizaram, levam-nos a tentar elaborar algumas experiências nela colhidas. Não trataremos neste artigo da greve dos pescadores de Matosinhos nem de outras acções realizadas no Porto aquando do 1º de Maio, quer por falta de espaço, quer para centrar a nossa atenção apenas na manifestação de rua.

Começaremos por esboçar uma descrição da manifestação reduzindo-a aos aspectos mais essenciais e característicos que depois passaremos a analisar em função do trabalho de preparação e dos planos de organização feitos previamente.

Uma grande manifestação da classe operária

Pouco depois das 16 horas (2 horas e meia antes da hora marcada) o centro da cidade começou a encher-se. De momento a momento o número de pessoas ia subindo, ocupando a Praça da Liberdade e a Avenida dos Aliados com mais densidade, mas também a Praça de Almeida Garrett (largo da Estação de S. Bento), a zona dos Clérigos e parte inferior da Rua 31 de Janeiro. Isto a despeito do poderoso dispositivo policial que cercava toda essa vasta zona da cidade para tentar fazer abortar a manifestação antes de lá começar ou, sendo isso impossível, dominá-la e dispersá-la em poucos minutos, de acordo com os planos estabelecidos já em Abril pelos comandos das forças repressivas.

A hora marcada (18.30), mais de 25.000 pessoas concentravam-se na Baixa e esperavam, indecisas entre a confiança e uma certa incredulidade de que a manifestação rompesse mesmo. Estava-se no momento decisivo para transformar o que até aqui era só uma concentração numa autêntica manifestação.

Às 18.40 uma bandeira nacional ergue-se na Praça da Liberdade e levantam-se cartazes dizendo: «Viva o 1º de Maio»; «Abaixo a guerra colonial»; «Abaixo o aumento do custo de vida»; «Operários e estudantes unidos»; «A juventude está contra a guerra colonial». De seguida, milhares de tarjetas com as palavras de ordem da manifestação são lançadas ao ar e logo apanhadas pela multidão, que grita os slogans nelas contidos: «Aumento de salários! Abaixo a Carestia da vida! Fim das guerras coloniais! Abaixo o fascismo! Viva o 1º de Maio!». Ouve-se em coro o Hino



Nacional.

A manifestação irrompe. À frente, um grupo de 200 a 300 pessoas arranca Avenida acima em direcção à Câmara Municipal. Fão-lo porém com demasiada rapidez não dando tempo a que o grosso dos manifestantes se lhe junte. Ao cimo da Avenida as forças da PSP, PIDE-DGS e Legião ali concentradas carregam sobre o primeiro grupo de manifestantes quando estes, depois de uns momentos de hesitação, começam a descer a Avenida pela placa central. A grande massa de gente só entretanto começa a subir, tal como os primeiros manifestantes, pelo lado direito. As forças repressivas carregam brutalmente. Os manifestantes defendem-se com pedras, paus e ferros. Ao mesmo tempo, grupos de pides e PSP à paisana, no meio da multidão, tentam dificultar a sua coesão. Fazem as primeiras prisões, as pessoas presas resistem e são ferozmente espancadas pela polícia, enquanto grupos de manifestantes lutam para impedir que os presos sejam levados. Em toda a vasta zona da manifestação dão-se violentos choques entre as forças repressivas e manifestantes, com feridos de parte a parte. Nem as cargas das forças repressivas, nem os carros da água, nem a canadiana da polícia com altifalantes gritando ameaças e avisos, conseguem dispersar os manifestantes, que só perto das 21 horas retiraram da baixa.

Em vários outros pontos da cidade, como no Largo dos Leões e na Ribeira, formam-se novas concentrações e dão-se recontros dos manifestantes com a polícia de choque.

Sublinhamos, como características principais da manifestação:

— A sua amplitude numérica que avaliámos em mais de 25.000 pessoas depois de ponderadas várias informações e cálculos.

— A participação dominante da classe operária que sobressaía da massa dos manifestantes. É também de notar o elevado número de jovens presentes e a comparência da generalidade dos intelectuais conhecidos e de prestígio na cidade, assim como de muitas mulheres. De referir ainda a presença de trabalhadores de fora do distrito do Porto.

— Outro aspecto relevante da manifestação foi a combatividade e habilidade com que os manifestantes enfrentaram as cargas da polícia (recuando e avançando, dispersando o suficiente para evitarem a dureza duma carga, mas reconcentrando-se logo a seguir), foi a firmeza revelada na resistência às prisões, foram os actos de solidariedade e de apoio dos manifestantes aos que eram presos e agredidos.

O elevado número de prisões (pelo menos 18) e de hospitalizações (28), se é um índice da brutalidade policial, é também um bom índice da combatividade dos manifestantes.

De notar que alguns guardas e um sub-chefe foram também hospitalizados.

A luta contra a repressão

Estando a repressão prevista, a reacção contra a repressão foi igualmente encarada com antecedência,

A luta contra a repressão começou na própria manifestação quando os manifestantes resistiam à prisão e voltavam aos polícias a murro e pontapé e quando outros manifestantes iam em socorro dos detidos envolvendo-se também em pancadaria com as forças repressivas.

Nessa mesma noite foi efectuada uma ampla reunião de democratas onde foram estabelecidas algumas acções a empreender em defesa dos presos.

Da larga movimentação que teve lugar contra a repressão à manifestação e contra as prisões do 1º de Maio no Porto, destacamos as seguintes acções:

— **Acções de massas directamente junto do Governo:**

Um telegrama amplamente subscrito e um abaixo-assinado enviado a M. Caetano (de cujo texto foi entregue cópia ao Governador Civil) protestando contra a repressão aos manifestantes e reclamando a libertação dos detidos.

Telegramas de amigos, conterrâneos e colegas de profissão de alguns presos exigindo a sua libertação.

— **Acções junto da CNSPP, junto da CDP e de outras comissões legais do movimento democrático do Porto, junto de personalidades da ex-CEUD, junto de uma Comissão de Advogados, junto da Comissão de Justiça e Paz do Porto, etc.** Por sua vez, todas estas entidades realizaram importantes acções, umas publicando um manifesto de esclarecimento à população, outras protestando junto do Governo, outras actuando junto da Ordem dos Advogados no Porto e em Lisboa e pressionando a PIDE-DGS também no Porto e em Lisboa.

Um dos aspectos a destacar é o carácter amplamente unitário das acções empreendidas por todas estas entidades.

— Também tiveram importância as acções de solidariedade material e de assistência aos presos.

Graças a toda esta movimentação, os presos foram libertados entre os dias 12 e 17 de Maio e conseguiu-se que, antes da sua libertação, fossem ouvidos pelo juiz com a presença dos advogados, em autêntica instrução contraditória.

A prontidão, a força, o carácter amplamente

unitário e a mobilização de massas que caracterizaram a movimentação contra a repressão ao 1º de Maio no Porto foram, em última análise, resultantes da importância que teve a manifestação e da sua repercussão nacional.

O trabalho de preparação e a organização da jornada

Desde os fins de 1970, era claro para a D.O.R.N. que se iria seguir um período de forte subida de preços o que, objectivamente, aumentaria as possibilidades de intensificação das lutas reivindicativas e contra a carestia da vida. De facto, desde o princípio de 1971 intensificaram-se as lutas dos trabalhadores em defesa dos seus interesses mais imediatos, a nível de empresa e sindical, em vários ramos e zonas geográficas do Norte. Alguns sectores intelectuais movimentavam-se, com destaque, para os professores do ensino secundário e médicos do Porto. Também os estudantes de Coimbra e do Porto desenvolviam importantes lutas.

O descontentamento popular, amplamente manifestado aquando da tentativa de aumento do preço do pão, crescia face ao constante agravamento do custo de vida.

A auscultação das massas populares quanto à sua consciencialização relativa ao problema das guerras coloniais revelava nitida melhoria.

Assim, o balanço da situação, das condições e das perspectivas existentes mostrava que a disposição de luta das massas populares, bem como a situação política e económica eram propícias a que se lançasse a palavra de ordem de manifestação de rua no 1º de Maio.

Na ponderação dos factores objectivos propícios à manifestação, não deixou de se ter em conta um factor conjuntural, mas de importância na situação concreta: coincidir o 1º de Maio com um sábado, naquela altura o dia mais favorável para uma manifestação de rua dos trabalhadores do Porto.

Além disto, era o ano do 50º aniversário do Partido, mais uma razão para se tentar uma significativa manifestação de rua no Dia dos Trabalhadores.

Considerando que em fins de Março tinha que decidir-se definitivamente se deveria ou não lançar-se esta palavra de ordem, foram ouvidos com tempo os organismos e militantes do Partido sobre a viabilidade de uma boa manifestação e, em caso afirmativo, sobre o conteúdo político concreto que deveria dar-se à manifestação, formas de mobilização, local, hora, etc.. Quase todos os organismos e camaradas actantes se pronunciaram, afirmativamente e muitos deram valiosas sugestões quanto à preparação e organização da manifestação.

Mas para que a manifestação resultasse era

indispensável, não só ganhar toda a organização do Partido no sector para a ideia da sua realização (o que já estava praticamente feito), como efectuar todo um trabalho preparatório e organizar convenientemente a manifestação propriamente dita.

Assim, desde fins de Março quando a D.O.R.N. decidiu definitivamente que, salvo factores imprevisíveis, se devia realizar uma manifestação de rua no 1º de Maio, começou imediatamente o esforço de planificação, em oposição à espontaneidade, procurando eliminar-se improvisações.

Desde logo se decidiu que a organização do Partido, virasse, o grosso dos seus esforços para o 1º de Maio e que todos os organismos, sem excepção, encarassem o 1º de Maio como sua tarefa prioritária, para o que deviam ser feitas reuniões específicas dos organismos de base.

Em conformidade com o estilo de trabalho que se vinha praticando, toda a actividade preparatória, bem como da organização da manifestação, foi realizada dentro do espírito do trabalho colectivo, da ajuda fraternal e da ausência de espírito sectorialista.

Incentivar as lutas durante o mês de Abril foi também um dos esforços principais de toda a organização e, de facto, durante esse mês verificou-se a intensificação e o desencadeamento de numerosas lutas reivindicativas e outras, quer dos trabalhadores, quer dos intelectuais, que aqui seria longo enumerar. Também as lutas de Abril dos estudantes do Porto desempenharam um positivo papel na preparação do ambiente para o 1º de Maio.

A justeza da escolha do conteúdo político a dar à manifestação, decisiva para ampliar a força mobilizadora que só por si tem o 1º de Maio. Em conformidade com a orientação geral traçada pela Comissão Executiva e tendo em conta quais os problemas mais sentidos pelas massas populares e mais mobilizadores, no momento, na cidade do Porto, decidiu-se dar como conteúdo político a este 1º de Maio a luta contra a carestia da vida (e por aumento de salários) e a luta contra a guerra colonial, com primazia para o primeiro problema, sem deixar de se mencionar a luta por outras reivindicações da classe operária (feriado nacional no 1º de Maio, direito à greve, liberdades sindicais), bem como outras reivindicações gerais do povo português (libertação de todos os presos políticos e liberdades democráticas). Ainda quanto ao conteúdo político, resolveu-se ligar o mais estreitamente possível a jornada deste ano ao 50º aniversário do P.C.P.

O manifesto da D.O.R.N. para o 1º de Maio reflecte toda esta orientação.

A agitação, pautada por este princípio, não

foi feita indiscriminadamente. O conteúdo político foi posto em relevo, de tal modo que, por exemplo, nas tarjetas lançadas na agitação de 21 de Abril a palavra de ordem de luta contra a carestia de vida e por aumento de salários, apareceu na proporção de 2 para 1 relativamente às outras palavras de ordem e nas tarjetas de 28 de Abril na proporção de 5 para 1.

As palavras de ordem contidas nas tarjetas lançadas no início da manifestação foram imediatamente repetidas pela massa dos manifestantes, a melhor comprovação da sua popularidade e justeza.

Para a agitação foi feito um plano de conjunto, não só quanto ao conteúdo político, mas também quanto aos sectores encarregados de fazê-la, às tiragens, dias, áreas, etc. Além de numerosas inscrições, no Porto e arredores, foram distribuídos cerca de 140.000 manifestos e tarjetas.

Quanto à mobilização para a manifestação, foi decidido realizá-la:

- Pela via orgânica do Partido;
- Pela via da mobilização directa das massas;
- e, evidentemente, pela via da propaganda e agitação.

Na planificação da manifestação houve a preocupação de responsabilizar organismos e quadros pelas várias medidas tomadas, de forma a não se contar com a espontaneidade nem facilitar as desculpas pelos chamados motivos «técnicos» como causa da não realização das tarefas.

No essencial, realizaram-se os planos de preparação e da manifestação propriamente dita.

Insuficiências, deficiências e erros vários: alguns que são facilmente detectáveis na própria leitura da discrição com que se inicia este artigo; outros que por motivos conspirativos aqui não se citam; outros ainda derivados da má previsão dos acontecimentos como, por exemplo, o facto de que, tendo-se previsto que a manifestação se podia gorar por indecisão das massas se de antemão não se garantisse o seu arranque, não se ter pre-

visto que essa indecisão inicial fosse tão grande como foi e, por isso, não se terem tomado as medidas necessárias que facilitassem o arranque simultâneo em vários pontos.

Em conclusão

A resposta de mais de 25.000 pessoas ao apelo do Partido, e outras acções realizadas no 1º de Maio no Porto entre as quais destacamos em especial a greve dos pescadores de Matosinhos para imporem o feriado no Dia dos Trabalhadores, demonstram, além da autoridade política de que o Partido goza e do seu efectivo papel dirigente, a existência de reais condições objectivas, incluindo a disposição de luta de massas, para alargar as lutas e elevar estas, em muitos casos, a formas superiores. Demonstra também que a nossa organização, especialmente no sector operário e de outros trabalhadores, está desfazada da capacidade de mobilização do Partido, está muito aquém das possibilidades reais imediatas.

Por tudo isto, uma das nossas direcções fundamentais de trabalho no momento presente, a par do aproveitamento de todas as oportunidades de luta, tem de ser o desenvolvimento da organização. Impõe-se recrutar novos militantes e simpatizantes, estruturar devidamente a organização, fazer uma real viragem às empresas tendo em consideração que o essencial, na organização do Partido, são as células de empresa nas mais importantes fábricas. Sem células de empresa não há organização do Partido de tipo verdadeiramente leninista.

Finalmente, importa salientar que as massas saíram da manifestação do 1º Maio mais confiantes nas suas próprias forças e no Partido. O Partido prestigiou-se e ganhou, no sector, ainda maior autoridade política. Tudo isto facilita, naturalmente, todo o trabalho político, mobilizador e organizativo do Partido.

Mas para que este trabalho possa ser levado a cabo, uma condição prévia se impõe: defender as organizações e quadros do Partido da ofensiva policial que neste momento está claramente em curso.

DA CONFUSÃO IDEOLÓGICA ÀS ATITUDES DE CAPITULAÇÃO

O radicalismo pequeno-burguês está longe de ter um pensamento político homogénio. Um dos seus traços característicos é a confusão ideológica e o verbalismo revolucionário. Disfarçam com palavras aquilo que não conseguem realizar em actos.

Alguns desses grupos fazem um uso esco-

lástico de citações marxistas ou propõem-se mesmo ultrapassar ou corrigir o marxismo, ignorando-o ou mistificando-o. Cada um deles exprime a audácia da sua imaturidade política quer na análise da situação nacional quer nas soluções que preconizam para os problemas de maior vulto: o derrubamento

do fascismo, a conquista da democracia, o papel da classe operária na revolução democrática e nacional, o seu sistema de alianças, a edificação do socialismo.

Um infantilismo revolucionário, que descobriu a ciência política à última hora, sem cuidar de assimilá-la e de aplicá-la, caracteriza o pensamento e a actividade dos diversos grupos do radicalismo pequeno-burguês.

Sobra-lhes em pretensões teóricas o que lhes falta em maturidade política e em conhecimento objectivo do marxismo-leninismo. Não se trata de uma audácia da juventude, mas de um fenómeno político inerente a certos sectores intelectuais e estudantis oriundos da pequena burguesia e das classes médias.

Uma vez descoberta a ciência política, esses sectores intelectuais e estudantis julgaram-se em condições de assegurar a direcção política à classe operária e às massas trabalhadoras, que não tiveram, como eles condições de acesso ao ensino secundário e superior.

Em nome da aliança com a classe operária, os intelectuais e os estudantes que se integram nos princípios do radicalismo pequeno-burguês dispõem-se a assegurar a esta chefia política, a elaboração teórica dos grandes problemas, para que a classe operária os ponha em prática. Eles são o cérebro, a classe operária o braço que executa.

Vejamos como um desses grupos dos nossos radicais pequeno-burgueses aprecia a situação nacional, num jornal da emigração que se intitula «A Voz do Povo». Olhando a evolução do sistema político português nos últimos tempos (escreve «A Voz do Povo», no seu número de Fevereiro do ano passado)—apercebemo-nos que o governo de Caetano não é a mesma coisa que os precedentes governos de Salazar. Enquanto que Salazar se mantinha como mediano entre as forças do grande capital monopolista e as forças do capital nacionalista (!) e dos grandes proprietários rurais, Caetano defende essencialmente os interesses do grande capital monopolista. Consequentemente, — prossegue «A Voz do Povo» — as forças políticas dos latifundiários e do capital nacionalista, as mais reacçãoárias da sociedade portuguesa, já organizadas em comandos terroristas no tempo de Salazar, entraram na fase da luta aberta contra o governo de transição de Caetano.

E depois de explicar que essas forças querem obrigar Caetano a abri-lhes a entrada no governo pela prática de uma actividade terrorista contra grupos e organizações da oposição, «A Voz do Povo» conclui as suas cogitações políticas do seguinte modo: «O regresso do governo aos tempos antigos e a marcha atrás (2) da transição do regime (3) no sentido da democracia burguesa (4!) seria a única saída viável para Caetano num clima de insegurança

e de terrorismo. É este o objectivo dos terroristas à solta em Portugal.»

Como se vê, não faltam neste trecho dois aspectos característicos do revolucionarismo pequeno-burguês: o infantilismo político e a presunção ideológica. Não nos detemos a analisar a diferença estabelecida entre o governo de Salazar e de Caetano nem ousamos perguntar aos redactores de «A Voz do Povo», qual o verdadeiro significado político do «capitalismo nacionalista».

Poderíamos ver um verdadeiro chorrilho de disparates em forma de tratado. Mas não podemos deixar de assinalar, como um rasgo do seu saber político, as conclusões a que são levados, a partir da acção terrorista dos latifundiários e do «capital nacionalista» contra «o governo de transição» de Caetano, quando nos dizem que a única solução viável para o governo de Marcelo Caetano é «o regresso do governo aos tempos antigos e a marcha atrás da transição do regime no sentido da democracia».

Ao ler e ao analisar tão doutas opiniões vemos como a partir do radicalismo pequeno-burguês se chega a conclusões semelhantes àquela que tiravam elementos responsáveis da Acção Socialista, quando aguardavam plácidamente que Caetano «liberalizasse» o regime e lhes concedesse situações de privilégio.

Entre «A Voz do Povo» e a ASP há apenas uma diferença: enquanto os nossos radicais pequeno-burgueses atribuem à acção das «forças mais reacçãoárias da sociedade portuguesa» a marcha atrás para a democracia, a Acção Socialista atribuiu à acção dos ultras o facto de Caetano não poder levar a cabo a sua política de «liberalização».

Na apreciação da política fascista de Marcelo Caetano, o radicalismo pequeno-burguês, que caracterizava o grupo dos «Cadernos Necessários», vai mais longe do que os redactores de «A Voz do Povo». Eles consideraram com o olimpico saber da sua ciência política que o Estado «deitara fora as incómodas roupagens fascistas herdadas da idade rural» e afirmaram que a abertura de Marcelo Caetano «ultrapassava em certos casos, visivelmente, o que a «oposição poderia pensar como reivindicável»!!!

E para que não ficassem dúvidas sobre o valor atribuído por eles à política caetanista, não hesitaram em afirmar que «o pequeno passo que Caetano entendeu útil dar, até agora foi o da liberalização».

Na apreciação da situação nacional, a frase revolucionária do grupo dos «Cadernos Necessários» exprimi-se em termos de confusão ideológica, da mais lamentável e da mais primitiva. Bastaram uns ademanos de Caetano, a propaganda do seu novo estilo, uma demagogia sem grandeza nem arrojo,

para que os radicais pequeno-burgueses dos «Cadernos Necessários» esquecessem a verdadeira essência do regime fascista e vissem no riso de Caetano o gesto mais expressivo da sua «liberalização».

Logo após a subida de Caetano ao cargo de primeiro ministro, as forças democráticas insistiram na reivindicação das liberdades fundamentais. Essas liberdades continuam a não existir. Reclamaram a abolição da PIDE, mas Caetano limitou-se a mudar-lhe o nome. As forças democráticas reclamaram o fim das guerras coloniais. Caetano não pôs fim ao morticínio. Exigiram uma amnistia. O novo ditador ignorou esta exigência e a repressão política continuou.

Terão os colaboradores dos «Cadernos Necessários» conhecimentos das reivindicações democráticas, para as confundirem tão lamentavelmente com a demagogia caetanista?

O que é sintomático na «profundidade do raciocínio» dos nossos radicais pequeno-burgueses é a ignorância de que dão provas acerca da situação nacional e as posições capitulacionistas que acompanham a sua análise política sobre a «liberalização» caetanista.

No domínio interpretativo da realidade nacional há um outro grupo do radicalismo pequeno-burguês que lhe vai no encalce. Para esse grupo e para alguns dos seus ideólogos radicados no estrangeiro, a política de Caetano «bloqueou» a actual situação. Não se lhe devisam perspectivas, para a luta democrática em condições de sucesso. Porquê?

Em primeiro lugar porque Caetano precisando de continuar a guerra teria aberto um novo surto do capitalismo no nosso país. Esse desenvolvimento tem o carácter ascensional e neste momento não comportaria factores de crise que perturbem a sua marcha.

Dolado das forças democráticas a situação encontrar-se-ia igualmente «bloqueada». O Partido Comunista Português estaria em crise. A sua linha política não permitiria assegurar uma direcção revolucionária ao movimento antifascista e às massas dos trabalhadores. A imaginária crise do Partido Comunista juntaram a crise de toda a esquerda, com excepção, claro está, dos grupos do radicalismo pequeno-burguês porque esses estariam em perfeita vitalidade... das suas soluções verbalistas e de capitulação perante a luta e pe-

rante o fascismo.

Com Salazar ficámos no ghetto—diziam eles. Com Caetano continuamos no ghetto. Esta situação tem de ser «desbloqueada». Como? Que métodos preconizavam? Uma acção revolucionária imediata, baseada em grupos de choque? Nos assaltos a bancos? No rapto de embaixadores? Não. Nem isso. A situação seria «desbloqueada» por um longo processo de discussão (!) por um confronto de ideias que leve à elaboração de uma nova estratégia revolucionária! A centelha nascerá das suas cabeças iluminadas, através de um diálogo socrático em que eles acabarão por imprimir um novo rumo à actividade antifascista em Portugal, por descobrir o processo, novinho, em folha que há-de «libertar» o nosso povo.

Até lá propõem-se discutir, ganhar adeptos, mudar de tom, renovar a estratégia e a tática do movimento antifascista pelo seu intenso cogitar de sábios.

«Bloqueada» a perspectiva política pelo reforço da ditadura fascista, estes radicais pequeno-burgueses têm para oferecer ao povo, aos trabalhadores, à juventude, que sofre, luta e confia, a perspectiva da renúncia, da impotência, do desespero, transformado em motivo de diletantismo intelectual, em matéria para club de discussão de gente sem objectivos sérios na vida.

Há um ditado popular que diz: todos os caminhos vão dar a Roma. Com os grupos e grupitos radicais pequeno-burgueses o ditado popular continua a ter razão. As suas diferenças políticas, as suas interpretações políticas, as suas cogitações ideológicas, os seus objectivos revolucionários enfeixam-se em características comuns: a sua posição capitulacionista, a sua atitude de cedência, diante do regime, o seu devaneio ideológico, exprime num verbalismo revolucionário que nada tem de sólido e de concreto, o seu alheamento das massas.

Transplantado para a prática, o radicalismo pequeno-burguês esvazia-se perante as dificuldades e os sacrifícios da luta.

O povo, a classe operária, o movimento antifascista precisam de homens aptos ao sacrifício, com lucidez política e capacidade de acção, que se disponham a correr os riscos da luta, a realizar sacrifícios, a vencer as dificuldades de um duro e difícil combate contra o fascismo.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

P. Nas comemorações do 50º aniversário, a imprensa do Partido e a RPL indicaram 6 de Março de 1921 como data da fundação do PCP. Como em anos anteriores já se têm indicado outras datas, haveria interesse em explicar o critério seguido.

R. O tratamento dos problemas da história do PCP é uma tarefa extremamente complexa dado que 45 dos 50 anos de actividade decorreram na mais severa clandestinidade. Ao longo dos anos, foram assassinados muitos dirigentes do Partido, foram presos milhares de militantes, foram assaltadas numerosas instalações clandestinas. Por duas vezes, (em 1926-29 e em 1938-42) o Partido atravessou difíceis crises que cortaram a continuidade do trabalho de direcção. Perderam-se documentos, arquivos do Partido e colecções de imprensa, sobretudo dos primeiros 20 anos. Morreram ou desapareceram na dureza da luta muitos daqueles que mais directamente viveram os acontecimentos. Apesar de todas essas dificuldades, estão a ser recuperados muitos elementos, são ainda recuperáveis muitos outros e será possível um dia escrever-se a história do PCP.

O processo da criação do PCP necessitará também de um estudo aprofundado. Na base dos elementos disponíveis, três datas poderiam ter sido, com certa legitimidade, adaptadas como sendo da fundação do PCP:

28 de Dezembro de 1920, data em que uma comissão, designada anteriormente numa assembleia realizada na Associação dos Caixeiros de Lisboa, afim de estudar os problemas decorrentes da iniciativa de criar o partido revolucionário do proletariado, aprovou a denominação «Partido Comunista Português» para o novo partido e discutiu e aprovou os seus princípios programáticos.

2 de Março de 1921 (em alguns documentos é indicado 1 de Março), data em que,

no prosseguimento do trabalho de assembleias anteriores, uma nova assembleia concluiu a discussão e a aprovação das bases orgânicas do PCP e resolveu que os organismos dirigentes fossem eleitos dias depois.

6 de Março de 1921, data em que numa nova assembleia a comissão organizadora deu conta dos seus trabalhos e foram eleitos os primeiros organismos de direcção do PCP. Como é a partir desta data que começa a actividade do PCP segundo a orientação política e os princípios orgânicos aprovados, foi esta a data adoptada como sendo a da criação do PCP.

A fundação foi mais um processo que um acto localizável num dia determinado. Mas tornando-se um ponto de referência fundamental, a data agora indicada é aquela que mais corresponde à documentação de que se dispõe.

P. No resumo cronológico da história do PCP publicado no número especial do «Avante» do cinquentenário refere-se à prisão de vários camaradas e, em diversos casos, logo depois se referem esses mesmos camaradas como estando em liberdade. Estiveram presos tão pouco tempo? Ou haverá engano?

R. Não há engano, nem se tratou de fácil libertação desses camaradas. Na generalidade dos casos os camaradas retomaram os seus pontos de combate, não porque tivessem sido libertados, mas porque se evadiram das prisões fascistas.

Eis as indicações das principais fugas:

Em 1939, do Forte de Caxias: Francisco Miguel e Valdez.

Em 1943, Pires Jorge, quando era conduzido pela PIDE a um tratamento no hospital.

Em 1949, da Fortaleza de Peniche, J. Serra, F. Miguel (sendo este último preso antes de alcançar um ponto seguro).



Em 1950, Georgette Ferreira, do Hospital dos Capuchos, onde estava internada sob prisão.

Em 3 de Outubro de 1954, das prisões da PIDE do Porto, Joaquim Gomes e Pedro Soares.

Em 19 de Dezembro de 1954, de Peniche, António Dias Lourenço.

Em 3 de Março de 1956, de Caxias, J. Serra. Em 1957, do Aljube de Lisboa, Carlos Brito e Américo de Sousa.

Ainda em 1957, quando era levado a um hospital pela PIDE, Blanqui Teixeira.

Em 16 de Dezembro de 1959, da prisão de Paços de Ferreira, Dinis Miranda.

Em 3 de Janeiro de 1960 de Peniche, Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Jaime Serra, Carlos Costa, Francisco Miguel, Pedro Soares, G. Costa Carvalho, Rogério de Carvalho, José Carlos.

Em 4 de Dezembro de 1961, de Caxias, Francisco Miguel, António Gervásio, José Magro, Ilídio Esteves, Domingos Abrantes, G. Costa Carvalho e António Terezo.

Em 6 de Agosto de 1962 da prisão da PIDE do Porto, Jorge Araújo.

A organização e a execução das fugas das prisões foram muito diversas de caso para caso.

Com corte de grades e passagem de zona de sentinelas cuja iluminação fora sabotada (Caxias, 1939). Com cortes de grades percurso interno na prisão e descida de muralhas (Peniche, 1949). Com rompimento de portas, sobrados e telhado (Porto, 1954). Com rompimento de porta do segredo, descida de muralha para o mar e longo percurso a nadar num mar encapelado (Peniche, 1954). Com uso de chave e escalamento (Caxias, 1956). Com rompimento de grades, deslocação por uma caleira exterior na altura dum 4º andar e rompimento dum telhado (Aljube, 1957). Com uso de chaves e escalamento (P. Ferreira, 1959). Com imobilização dum guarda, ajuda duma sentinela, descida de muralha (Peniche, 1960). Com a utilização dum carro blindado e arrombamento dum portão, debaixo de fogo (Caxias, 1961). Com utilização de ardil para abertura de celas e escalamento (Porto, 1962).

Em todos os casos indicados, os camara-

das evadidos das prisões fascistas e dos hospitais retomaram imediatamente o seu posto de combate na clandestinidade.

Como é sabido, actualmente alguns destes camaradas encontram-se novamente presos.

P. Porque nem sempre participa o PCP em reuniões internacionais que se realizam em países capitalistas e nas quais participam outros partidos irmãos?

R. O PCP é um partido clandestino. Praticamente a totalidade dos seus quadros dirigentes são forçados a ter uma vida clandestina. A participação do PCP em reuniões internacionais coloca, na maior parte dos casos, delicados problemas técnicos, e, com frequência, sérios problemas de segurança e defesa, que nem sempre podem ser resolvidos satisfatoriamente.

«O governo procura fechar as portas a toda a defesa legal dos interesses dos trabalhadores, das aspirações populares. Procura fechar as portas a toda a organização e acção legal da Oposição democrática. Ante o desenvolvimento da luta popular, brande a ameaça da guerra civil.

Nesta situação, seria tão errado abandonar os esforços para desenvolver uma acção legal e semi-legal aproveitando todas as possibilidades que se ofereçam de organização, e criando novas possibilidades, como recuar na actividade clandestina e abertamente revolucionária em resultado da repressão e das tentativas de intimidação fascista.

A evolução da situação política tornará cada vez mais rica e multiforme a acção revolucionária.

Prosseguindo a luta nas várias frentes, utilizando as mais diversas formas de organização e acção, o povo português abrirá caminho para os combates decisivos que porão fim à sinistra ditadura fascista e colonialista e conquistará a liberdade do povo e a verdadeira independência da Pátria.»

(«Ante a Ofensiva da Repressão fascista — A luta Prossegue» — C. Política do C.C. do P.C.P., Outubro de 1971)